

Reforma reduz total de diretorias e de cargos de chefia no Senado



Jane Araújo

Sob presidência de Sarney, a Mesa decidiu demitir Zoghbi e anular ato que permitia a lideranças manter servidores nos escritórios estaduais

Ao apresentar proposta, Sarney diz que atual modelo "será abandonado por completo"

Número de diretorias e de cargos com status de diretor no Senado deverá cair de 180 para sete, se aprovada a reforma administrativa anunciada por Sarney. Os 602 cargos de chefia deverão ser reduzidos para 361 nas unidades administrativas da Casa. **2 e 3**

Certificação de filantrópicas pode ficar com ministérios

A concessão e a renovação de certificados de entidades filantrópicas passarão a ser atribuição de ministérios, e não mais do Conselho Nacional de Assistência Social. Projeto nesse sentido foi aprovado pelo Plenário. **6**

Congresso autoriza recursos para expandir INSS

A instalação de 600 novas agências do INSS, em municípios com mais de 25 mil habitantes, é um dos projetos beneficiados por crédito suplementar de R\$ 921,5 milhões aprovado ontem pelo Congresso. **7**

Comissão aprova, e Venezuela fica mais perto do Mercosul

Voto em separado de Romero Jucá prevaleceu sobre o parecer contrário do relator Tasso Jereissati, na reunião da CRE

Por 12 votos a 5, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o protocolo de adesão do novo sócio ao bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Para que o país se torne membro efetivo, ainda será necessária a aprovação do protocolo – já aceito pelos parlamentos da Argentina e do Uruguai – pelo Plenário do Senado e pelo Congresso do Paraguai. **4 e 5**



Márcio Kalume

O ingresso da Venezuela no Mercosul foi debatido na CRE por 19 senadores, durante três horas e meia

Nova lei obriga estado a garantir o ensino médio

Qualquer pessoa poderá exigir a partir de agora vaga no ensino médio, que é de responsabilidade dos estados. O direito está previsto em projeto de lei de Cristovam Buarque sancionado pelo Executivo. **8**

Data nacional combate o trabalho escravo

O Dia Nacional do Trabalho Escravo será comemorado em 28 de janeiro, conforme projeto de José Nery sancionado ontem pelo Executivo. Nos últimos 15 anos, 33 mil pessoas foram resgatadas do trabalho degradante. **8**

Traficante de drogas muito nocivas poderá ter pena aumentada

A pena por tráfico de drogas deverá ser aumentada de acordo com a gravidade de seus efeitos nocivos à saúde do usuário, conforme projeto de Sérgio Zambiasi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta, que segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, muda a lei do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. **6**



J. Freitas

Mozarildo (E), Zambiasi, Azeredo e Casagrande participam de reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Senador afirma que, com a reforma, "atual modelo administrativo da Casa será abandonado e, no seu lugar, surgirá a pirâmide de nova estrutura organizacional"

Sarney apresenta proposta que reduz para sete diretorias da Casa

O NÚMERO DE diretorias e de cargos com *status* de diretor do Senado Federal deverá cair de 180 para sete, se aprovada proposta de reforma administrativa apresentada ontem, em Plenário, pelo presidente da Casa, José Sarney. Já os 602 cargos de chefia de unidades administrativas deverão ser reduzidos para 361.

– O Senado está cumprindo o que prometeu à nossa sociedade – disse o senador.

Pela proposta, ficaria extinto, por exemplo, o cargo de diretor de subsecretaria e passaria a existir somente o de chefe de departamento. Esse e outros itens que visam modernizar a instituição serão analisados pelos senadores nos próximos 15 dias, antes da votação da matéria em Plenário.

– Em síntese, posso dizer que o atual modelo administrativo será abandonado por completo e, no seu lugar, surgirá a pirâmide de uma nova estrutura organizacional – assinalou Sarney.

Demissão

O senador acrescentou que "no campo da moralização" as investigações das irregularidades descobertas nos últimos meses estão avançando.

– Na reunião desta manhã [ontem], a Mesa, sob a minha presidência, aprovou o relatório da comissão de inquérito, apresentado pelo 1º secretário, e decidiu demitir o servidor João Carlos Zoghbi, depois de cumpridas todas as formalidades legais.

Sarney informou que os trabalhos da comissão de inquérito que está investigando outros servidores envolvidos no caso dos chamados "atos secretos" continuam em andamento. Assinalou que as medidas tomadas com a finalidade de sanar irregularidades criadas pela edição de atos não divulgados e punir os responsáveis por essas e outras distorções estão gerando os resultados esperados.

A Mesa revogou a decisão de permitir aos gabinetes de liderança e aos membros da própria Mesa o deslocamento de até três funcionários para seus escritórios regionais.



Sarney diz que o Senado Federal está cumprindo o que prometeu à sociedade

O senador anunciou que em um prazo de 150 dias estarão concluídos os procedimentos para a licitação da compra dos equipamentos necessários ao cadastramento das digitais dos servidores, de modo a haver um controle efetivo das horas extras. Antes desse prazo, será implementado um registro de ponto eletrônico com base no sistema Ergon – aplicativo que permite que o servidor, com uso de senha pessoal, possa confirmar sua presença.

Horas extras

Sarney classificou o tema "horas extras" como muito complexo. Citou como exemplo

o dia 6 de agosto, quando as atividades legislativas se iniciaram às 8h30 e foram concluídas às 20h23. Na data, a Secretaria de Ata terminou seu trabalho sete minutos após a meia-noite. Somente depois desse horário, o material produzido foi enviado à Gráfica do Senado.

– O funcionamento do Senado se orienta pela dinâmica da atuação parlamentar e não por balizamentos estritamente administrativo-burocráticos. A falta de compreensão desse e de outros temas peculiares ao Poder Legislativo resulta numa certa desinformação sobre o papel do Senado e sua produção – explicou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Mário Couto (PSDB-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Senado aprovou até o mês de setembro 1.581 matérias

No período de 2 de fevereiro a 30 de setembro deste ano, o Senado aprovou 1.581 matérias. Comparado com 1997, quando o número de proposições aprovadas chegou a 374, houve um crescimento de 323%. O incremento das atividades não implicou em mais gastos. A Casa está trabalhando na execução do Orçamento de 2009 com um superávit de R\$ 110 milhões. Os dados foram apresentados ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, durante pronunciamento sobre as decisões que a Casa vem tomando para enxugar, racionalizar e moralizar sua administração.

– Mesmo com o incremento das suas atividades e da sua produtividade, o Senado, pela primeira vez em muitos anos, não pediu crédito suplementar em 2009. No ano passado, a Casa solicitou um crédito de R\$ 230 milhões. Essa economia decorre de uma série de medidas, tais como a contenção nos gastos de saúde, passagens aéreas, gráfica, contratos, hora extra e gratificações de comissões.

O presidente do Senado citou como exemplo de economia o corte de mais de R\$ 12 milhões nas licitações de dois contratos de terceirização de mão de obra nas áreas de comunicação e vigilância.

Sarney informou que o cadastramento de funcionários resultará em uma radiografia completa dos recursos humanos da instituição. Quem não se recadastrar, afirmou Sarney, será punido na forma da lei.

Após a intervenção do presidente do Senado, alguns senadores pediram a palavra para apoiar as medidas adotadas pela Mesa. Eduardo Suplicy

(PT-SP) aplaudiu o esforço da Mesa de realizar a reforma administrativa e começar a enxugar os gastos, dando maior racionalidade administrativa ao Senado. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reiterou sua confiança na condução dos trabalhos pela Mesa e defendeu a extensão das medidas de enxugamento de gastos e moralização administrativa aos demais Poderes da República.

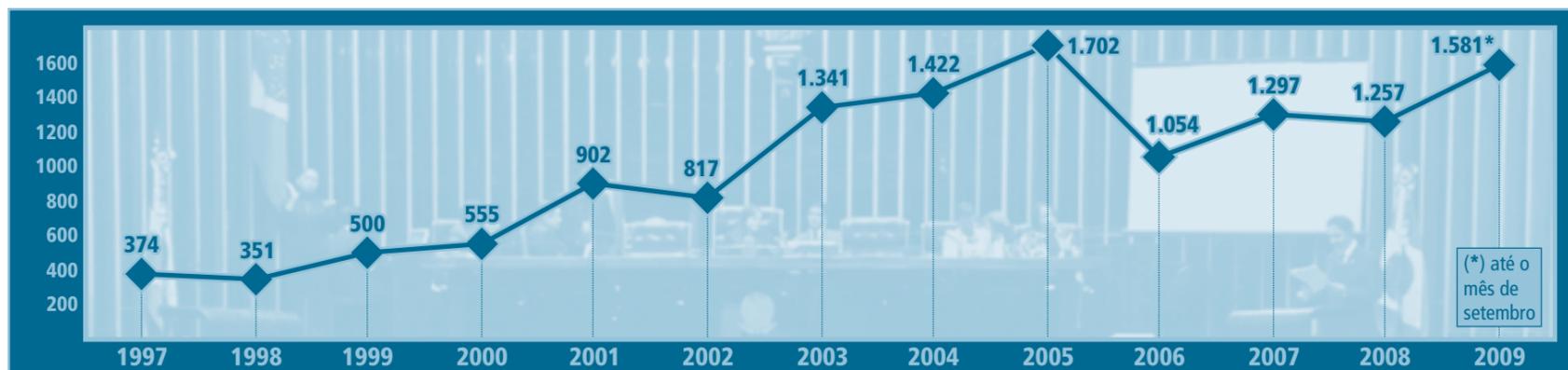
Jefferson Praia (PDT-AM) disse que os parlamentos municipais e estaduais, as prefeituras e governos estaduais e federal também deveriam adotar medidas para tornar mais eficiente a máquina pública. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cumprimentou a Mesa pelo esforço na busca de solução para os problemas enfrentados pela Casa. Em nome do governo, o líder Romero Jucá (PMDB-RR) reafirmou a confiança na gestão José Sarney e externou sua opinião de que as mudanças adotadas receberão a aprovação da sociedade.

Os senadores terão 15 dias para apresentar sugestões à proposta elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Conselho de Administração do Senado. O processo foi iniciado com a apresentação do estudo preliminar da FGV, sucedido por uma abertura de consulta pública e coleta de sugestão dos servidores.

As sugestões serão consolidadas pela 1ª Secretaria e, no prazo de dez dias, analisadas por representantes da FGV e pelo Conselho de Administração da Casa. Ao final, será elaborado um projeto de resolução para apreciação e deliberação do Plenário.

Matérias aprovadas

De acordo com Sarney, a realidade demonstra que o Senado tem feito a sua parte. "Assim revela a evolução da atividade legislativa nos últimos anos", observou. Em 1997, o Senado Federal aprovou 374 matérias. Até o final de setembro de 2009, esse número já alcançava 1.581 projetos e outros atos legislativos aprovados, o que representa um crescimento de 323% em relação ao ano de 1997



LÍDERES NÃO PODERÃO MANTER FUNCIONÁRIOS DO SENADO NOS ESTADOS

A Mesa do Senado anulou na manhã de ontem o ato que autorizava as lideranças partidárias e integrantes da própria Comissão Diretora a manter três funcionários em seus escritórios localizados nos estados. O 1º secretário da Mesa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), explicou que a medida atende ao desejo expresso pelos

parlamentares. Quando foi publicado o ato que permitia a utilização dos cargos, vários líderes partidários, como José Agripino (DEM-RN), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), manifestaram contrariedade.

– Se não houve consenso, não havia por que manter esse ato – afirmou Heráclito.

PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA DA CASA ESTÁ NA INTERNET

Já está no Portal da Transparência do Senado a proposta de reestruturação da Casa elaborada pelo Conselho de Administração a partir das sugestões da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com o 1º vice-presidente do Senado, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), a reforma administrativa, já apresentada

à Mesa do Senado, visa ao enxugamento da instituição, ao propor que haja apenas sete diretorias e ao priorizar o preenchimento de cargos por concurso. O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que os senadores receberão cópia da proposta para, em 15 dias, se manifestarem sobre sua eficácia.

Mesa diretora anuncia demissão do ex-diretor João Carlos Zoghbi

Heráclito Fortes comunica decisão unânime com relação a ex-diretor de Recursos Humanos acusado de abrir empresas fantasmas para intermediar empréstimos consignados a servidores

POR UNANIMIDADE, A Mesa diretora do Senado decidiu, ontem, demitir o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, acusado de abrir empresas fantasmas para intermediar empréstimos consignados por instituições financeiras a servidores do Senado.

A informação foi dada pelo 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), que disse desconhecer se há precedente no Senado de demissão como essa. De acordo com Heráclito, o presidente da Casa, José Sarney, tinha plenos poderes para tomar essa medida sozinho, mas os integrantes da Mesa decidiram respaldá-lo na decisão.

– Achemos por bem colocar em votação e dividir essa responsabilidade – disse o 1º secretário.

As empresas acusadas estão em nome da babá e dos filhos de



João Claudino (E), Sarney e Heráclito durante reunião da Mesa diretora

Zoghbi. A demissão do ex-diretor de Recursos Humanos “é sumária”, afirmou o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO).

– Recurso, já houve. Se ele ainda quiser recorrer, que recorra pela via judicial. O que causou surpresa foi o fato de a comissão de sindicância não ter trazido nenhuma informação sobre Agaciel Maia [ex-diretor-geral da Casa]. Tenho a impressão

que isso não está pronto ainda. Mas Zoghbi está sumariamente demitido – disse.

Reforma

Sobre o estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a reestruturação administrativa da Casa, Perillo defendeu um enxugamento nos vários órgãos do Senado, a existência de apenas oito diretorias e a prioridade no preenchimento de cargos por

concurso. Ele também informou que está conduzindo um estudo para a reestruturação do Sistema Integrado de Saúde (SIS), plano de saúde que atende os servidores do Senado. Perillo disse ter solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria de todas as contas do SIS, determinando ainda que os servidores recebam mensalmente informações sobre os gastos do sistema.

Gurgacz deve assumir vaga de Expedito Júnior

Ofício do Supremo Tribunal Federal (STF) – determinando que a Mesa do Senado “cumpra imediatamente a decisão da Justiça Eleitoral, dando posse ao impetrante Acir Marcos Gurgacz, na vaga do senador Expedito Gonçalves Ferreira Júnior (PSDB-RO), cujo registro foi cassado pela Justiça Eleitoral” – foi lido ontem. O Ofício 1.426, que encaminhou a decisão do STF sobre o Mandado de Segurança 27613, foi assinado pelo presidente do tribunal, ministro Gilmar Mendes. O documento foi encaminhado para publicação no *Diário Oficial do Senado* e para as demais providências referentes ao cumprimento da determinação. Gurgacz (PDT) foi o segundo colocado em Rondônia nas eleições de 2006 para o Senado.



Marconi preside reunião do Conselho de Supervisão do SIS

Sistema de saúde do Senado utilizará recadastramento

O Sistema Integrado de Saúde (SIS) do Senado fará um cruzamento de dados a partir de seu cadastro de servidores e do recadastramento promovido recentemente pela Diretoria de Recursos Humanos da Casa. O objetivo é impedir que os funcionários não recadastrados utilizem o plano de saúde da Casa. A medida foi anunciada por Marconi Perillo (PSDB-GO), 1º vice-presidente do Senado e presidente do Conselho de Supervisão do SIS.

Esse conselho decidiu que as contribuições pagas ao SIS pelos senadores e pelos servidores da Casa serão fiscalizadas por uma comissão, composta pelo diretor-geral-adjunto do Senado, Luciano Gomes, pelo funcionário aposentado Vicente Sebastião de Oliveira (ex-diretor financeiro da Casa) e pelo consultor legislativo Gilberto Gil Santiago.

Foi aprovada ainda a sugestão de Marconi Perillo para que seja apresentado o extrato bancário do Fundo de Reserva do SIS desde 1998. E também se decidiu que a gestão do plano será analisada por meio de cálculos atuariais. Além disso, será promovida uma pesquisa de satisfação para identificar possíveis “gargalos” no atendimento a usuários e respectivos dependentes.

Mão Santa: “Houve erros, mas Senado está recuperando sua credibilidade”

O senador Mão Santa (PSC-PI), 3º secretário do Senado, afirmou que a Mesa diretora da Casa “tem agido com firmeza” desde que surgiram denúncias sobre desmandos administrativos na instituição. Disse que, “pela primeira vez, o Senado chamou o Ministério Público e a Polícia Federal para investigar denúncias sobre problemas internos” e, nove meses depois da primeira notícia, as medidas adotadas “estão devolvendo a credibilidade do Senado”.

– Houve erros, por vícios administrativos, e está havendo punição. Não vamos nos vangloriar com a desgraça dos outros, mas, hoje, essa Casa está moralizada, recuperada, transformada e acreditada – opinou.

Mão Santa observou que as medidas previstas no plano de reestruturação administrativa – apresentado aos senadores ontem por José Sarney – reduzem diretorias, cortam gastos e dão mais eficiência ao trabalho dos servidores. Lembrou que em 1997 o Senado tinha sete comissões permanentes e agora elas são 11. Além disso, foram criadas mais de 30 subcomissões temáticas. Mão Santa informou que a Casa votou em 1997 exatamente 374 matérias e, no ano passado, 1.257. Nos primeiros nove meses deste ano, o número de matérias votadas pulou para 1.581.

O senador criticou “quem defende o unicameralismo”. Para ele, com o fim do Senado e a prevalência da



“A Mesa tem agido com firmeza e a Casa está moralizada”, afirma Mão Santa

Câmara dos Deputados, “São Paulo, Minas e o Rio de Janeiro poderiam se unir e mandar no resto do país”, pois os três juntos têm maioria de eleitores. No bicameralismo, disse, cada estado tem três senadores e, por isso, “não são aprovadas medidas que prejudiquem os estados menos populosos e mais pobres”.

Paim defende aumento para Brigada Militar gaúcha



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) defendeu o aumento do soldo dos integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Essa é a única forma, afirmou, de melhorar as condições de vida daqueles que dedicam suas vidas à segurança da população gaúcha.

O senador relatou que muitos soldados vêm sendo ameaçados de demissão em razão dos “bicos” que são obrigados a fazer para reforçar o orçamento familiar.

– Os soldados da Brigada Militar recebem o menor soldo de todo o país. Soldado nenhum faz bico porque gosta. Ele se obriga porque o salário é um quarto do que é pago aqui no Distrito Federal, na mesma função – afirmou Paim.

Cassol quer modificar lei que regulamenta Dpvat



Sadi Cassol

Sadi Cassol (PT-TO) anunciou que deverá apresentar proposta modificando a legislação (Lei 6.194/74) que regulamenta o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Dpvat). O senador argumentou que a burocracia dificulta o pagamento do benefício a quem de direito “a tempo de saldar dívida em hospital da rede privada”.

– A cobrança e a destinação de recursos do Dpvat, a inconsistência de sua concepção e o desvio de finalidade merecem um debate aprofundado, disse Cassol, que está solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria para verificar possíveis irregularidades no Dpvat.

Após três horas e meia de discussão, ingresso do país vizinho no bloco econômico é aprovado por 12 votos a 5 na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Matéria vai agora à deliberação do Plenário do Senado

Jefferson teme que haja perdas para a Zona Franca de Manaus

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) advertiu a diplomacia brasileira para que o Polo Industrial de Manaus não seja prejudicado com a entrada da Venezuela no Mercosul. Ele disse que acordo firmado no início da década entre o Mercosul e a Comunidade Andina das Nações (CAN), à época em que a Venezuela integrava essa entidade, permitiu que as exportações de Manaus para aquele país aumentassem em 525% desde 2003.

Jefferson Praia lembrou que o Mercosul considera as zonas francas, como a de Manaus, "um terceiro país" no comércio com o bloco regional. Assim, se o Itamaraty não ficar alerta, as exportações de Manaus para a Venezuela poderão sofrer taxações a ponto de inviabilizá-las, ponderou. Há 15 anos, lembrou o senador, foi necessário um acordo aduaneiro entre o Brasil e a Argentina para isentar as

exportações da Zona Franca de Manaus para a Argentina e da área aduaneira da Terra do Fogo para o Brasil. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti concordou com a advertência. Romero Jucá, líder do governo no Senado, garantiu que o governo brasileiro vem adotando "todas as salvaguardas" para que as exportações do Amazonas e do seu estado, Roraima, não sejam prejudicadas.



Zonas francas são tratadas no Mercosul como país, diz Jefferson



Na votação da CRE, prevaleceu voto em separado apresentado por Jucá (esq., com Valadares)

Venezuela está agora mais perto do Mercosul

A VENEZUELA ESTÁ mais próxima do Mercosul. Por 12 votos a 5, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o protocolo de adesão do novo sócio ao bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Para que o país se torne membro efetivo, ainda será necessária a aprovação do protocolo – já aceito pelos parlamentos da Argentina e do Uruguai – pelo Plenário do Senado e pelo Congresso do Paraguai.

O parecer contrário à adesão, apresentado pelo relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi rejeitado por 11 votos a 6, e uma abstenção. Em seguida, foi apresentado um voto em separado – relatório contrário ao do relator original – elaborado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que foi aprovado.

Durante três horas e meia, antes do início da votação, o pleito venezuelano foi debatido no colegiado. Ao final da discussão, Jereissati chegou a sugerir um acordo por meio do qual se colocaria em votação, paralelamente ao protocolo, uma declaração em defesa da democracia e dos direitos humanos na Venezuela, segundo sugestão apresentada pelo senador Flávio Torres (PDT-CE). Mas Jucá preferiu manter a votação em andamento.

Ao defender o ingresso da Venezuela, o líder do governo utilizou principalmente argumentos econômicos. Lembrou que o país importa aproximadamente 70% do que consome e observou que a indústria brasileira poderia substituir parte das exportações feitas à Venezuela pela Colômbia, que

exporta mais de US\$ 7 bilhões ao ano para o país vizinho.

Por sua vez, Jereissati recordou que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, atuou contra os interesses brasileiros durante os mais importantes episódios recentes de controvérsias com vizinhos como a Bolívia, o Equador e o Paraguai, sempre envolvendo interesses de empresas brasileiras, como a Petrobras. Lembrou ainda as críticas feitas ao governo venezuelano pelo prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, em audiência pública na CRE, quando este citou a existência de presos políticos em seu país e de vários casos de desrespeito aos direitos humanos.

No início da reunião, o presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), colocou em debate requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), para que uma delegação de senadores visitasse a Venezuela, a convite de Ledezma, para averiguar, *in loco*, as denúncias de desrespeito aos direitos humanos naquele país.

Os senadores da base governista criticaram o requerimento, alegando que uma visita de senadores a Caracas antes da aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul poderia soar como ingerência nos assuntos internos do país vizinho. Por outro lado, Jereissati recordou que diversas delegações de parlamentares estrangeiros visitaram o Brasil durante o regime militar, com intenção semelhante, de verificar o respeito aos direitos humanos. Depois de mais de uma hora de debates, o requerimento foi rejeitado por 10 votos a 8.



Simon lembra que, em 1958, discutiu criação de entidade para unificar região

Ingresso reforça estratégia de integração, avalia Simon

O ingresso da Venezuela no Mercosul reforça "a estratégia de integração do continente, uma construção histórica que tem no Brasil, pela sua expressão e influência, o maior interessado", segundo Pedro Simon (PMDB-RS).

Para o senador, a rejeição do protocolo de adesão "equivaleria a um veto do Brasil e, em consequência, levaria a um isolamento da Venezuela".

Pedro Simon lembrou que, em 1958, quando presidia a junta governativa



Contrário à adesão, Jereissati (esq., com Tuma) alegou desrespeito aos direitos humanos

Restrições a Chávez marcam debate na CRE

OS SENADORES QUE participaram da reunião da Comissão de Relações Exteriores foram quase unânimes ao manifestar preocupação quanto à atuação política do presidente daquele país, Hugo Chávez.

Mozarildo Cavalcanti disse que, como senador por Roraima, é favorável ao ingresso do novo sócio, mas não "com tanta pressa". Ele observou que o isolamento de Chávez não ajudaria a fortalecer a democracia na Venezuela.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP), que defendeu o protocolo, pediu que Chávez liberte os presos políticos de seu país até o Natal. Francisco Dornelles (PP-RJ) reiterou críticas feitas ao presidente venezuelano pelo relator do protocolo, Tasso Jereissati, quanto ao "desrespeito às liberdades políticas, principalmente no que concerne à atuação da imprensa". Mas votou a favor da adesão, que a seu ver levará aquela nação a assumir compromisso com a democracia.

O ingresso do país vizinho, na opinião de João Pedro (PT-AM), ajudará a fortalecer o Mercosul. Renato Casagrande (PSB-ES) observou que o próprio debate sobre a adesão ajudará a aperfeiçoar a democracia na Venezuela. Ao anunciar voto contrário, José Agripino (DEM-RN) adiantou que poderá mudar de ideia quando a matéria chegar ao Plenário, se até lá Chávez convidar uma delegação da Organização dos Estados Americanos (OEA) para verificar a situação dos direitos humanos em seu país.

A aprovação do protocolo, para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE),

poderá contribuir para uma abertura democrática na Venezuela. Da mesma forma, Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que, aprovada a adesão, uma comissão de parlamentares do Mercosul visite o país para acompanhar denúncias de desrespeito aos direitos humanos. Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou que a Venezuela tenha sido tratada de forma mais flexível do que o Chile, quando este país considerou a hipótese de ingressar no mercado comum.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que Chávez não tem dado prioridade ao Mercosul, mas sim à "integração bolivariana" do continente. Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou o ingresso um "golpe de morte" contra o Mercosul. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou-se a favor da adesão, mas pediu a Chávez para perceber que sua entrada no bloco "não deverá ser para criar dificuldades".

Na opinião de Inácio Arruda (PCDoB-CE), o ingresso da Venezuela fortalecerá o Brasil. Flávio Torres disse que votaria a favor do pleito venezuelano, mas admitiu que o presidente Chávez poderá criar problemas ao bloco. João Ribeiro (PR-TO) afirmou que a adesão é bem aceita pelos governadores do norte do Brasil.

José Nery (PSOL-PA) contestou as críticas à falta de democracia na Venezuela, enquanto Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que "não há hipótese de fortalecer o regime de Chávez e a democracia". Para ele, o presidente venezuelano é um "exportador de populismos e de ditaduras"

pacificação e diálogo entre Brasil e Argentina, para superar uma rivalidade histórica. Para o senador, o Brasil sempre foi visto com antipatia pela América Espanhola.

— Hoje, a União Europeia é uma realidade, mas foi necessário superar séculos de hostilidades mútuas e guerras continentais. A única integração de fato até agora em nossa América foi a colaboração entre as ditaduras para reprimir opositores.

Mozarildo comemora decisão, mas critica governo Chávez

Apesar de comemorar a aprovação do ingresso da Venezuela ao Mercosul, Mozarildo Cavalcanti considerou inadequada a admissão do país sem o cumprimento de exigências de ordem econômica, financeira e democrática previstas no protocolo do bloco.

Reiterando seu voto favorável à adesão, e reconhecendo o caráter "altamente dependente" da economia de Roraima em relação à Venezuela, Mozarildo, no entanto, disse que "não existe meia democracia. E lá na Venezuela, infelizmente, o que é que nós temos? Um Poder Executivo hipertrofiado, um Legislativo submisso, um Senado fechado, uma única Assembleia Nacional e uma Câmara de Deputados em que Chávez detém a quase totalidade dos votos".

Mozarildo censurou ainda o



Mozarildo desaprova pedido de urgência requerido pelo governo

caráter de urgência requerido pelo governo para a apreciação da matéria na CRE. Segundo ele, a pressa em votar o projeto se deu para que o presidente Lula pudesse dar pessoalmente a Hugo Chávez a notícia da aprovação do ingresso ao Mercosul durante sua visita à Venezuela, que se iniciou ontem.

Azeredo afirma que oposição teme desagregação do bloco

Os votos da oposição na Comissão de Relações Exteriores não foram contra a Venezuela no Mercosul, mas contra o presidente Hugo Chávez, afirmou o presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo. Ele observou que muitos dos senadores que votaram favoravelmente fizeram ressalvas ao dirigente da Venezuela, e que a oposição no Senado tem receios de que Hugo Chávez venha a "desagregar" o Mercosul, por suas "atitudes polêmicas, populistas e não democráticas".

— Democracia é ter eleições, é ter os Poderes funcionando, é respeitar a liberdade de imprensa, é não ter presos políticos.

Azeredo lembrou que, em seis meses, os senadores ouviram 20 pessoas, que opinaram contra e a favor da adesão, em seis audiências públicas. O único a recusar o convite foi o embaixador da



Azeredo: não houve voto contra a Venezuela, só contra Hugo Chávez

Venezuela no Brasil.

Em apartes, Eduardo Suplicy e Mozarildo Cavalcanti cumprimentaram o presidente da CRE por sua atuação no caso. Pedro Simon disse que Azeredo "agiu com serenidade, competência, seriedade e isenção" e não se deixou envolver pelo "debate apaixonado" que o tema provocou.

Casagrande: adesão é do Estado venezuelano e não de Chávez

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) justificou em Plenário seu voto, na CRE, a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul, apesar de ter ressalvas à forma como o presidente Hugo Chávez conduz o país. Casagrande disse que "o comportamento do governo da Venezuela" gera intranquilidade, mas ressaltou que a comissão aprovou a entrada do Estado da Venezuela e não do governo de Hugo Chávez no bloco.

Do ponto de vista político, disse Casagrande, é melhor que a Venezuela esteja próxima ao Brasil. Ele salientou que a democracia brasileira está consolidada e que o país saberá se impor como líder quando qualquer membro do bloco adotar posições contrárias aos princípios democráticos preconizados pelo Mercosul. Na avaliação do senador, a Venezuela poderá se



Para Casagrande, Brasil deve exercer liderança em favor da democracia

adequar às normas do bloco e, assim, se comprometer com os princípios democráticos.

Casagrande também informou que está pronta para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta (PEC 30/07) de sua autoria que cria o Conselho Nacional de Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.

Camata critica relatório sobre divisão de royalties do pré-sal

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou ontem o relatório do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) sobre o projeto de partilha do pré-sal que está na Câmara dos Deputados. Na avaliação de Camata, o deputado elaborou o seu parecer "de maneira desastrada e inconstitucional e se meteu onde não devia: no problema dos royalties", contrariando o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Mas ele [o deputado] quis avançar e avançou de maneira grotesca sobre a Constituição do Brasil, porque o direito de



Camata diz que proposta de relator na Câmara é inconstitucional

royalties dos estados produtores está no artigo 20 – assinalou.

Kátia Abreu defende proposta que atualiza o Código Florestal

Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu a proposta de atualização do Código Florestal, que deve ser votada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. A senadora disse que os parlamentares estão debatendo a questão há 13 anos, procurando corrigir distorções, e que "os ditos ambientalistas" trouxeram prejuízos ao Brasil, ao impor uma "legislação que inviabilizou o país".

Conforme a senadora, os produtores rurais, dispostos a debater o tema, deixaram de lado as armas, as prevenções,



"Os ditos ambientalistas" trouxeram prejuízo ao país, afirma Kátia Abreu

o radicalismo e estão abertos para um debate elevado e racional.

Arthur Virgílio questiona ajuda do governo a Moçambique

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) esclareceu que não é contra a ajuda humanitária do Brasil a Moçambique, prevista em projeto de lei da Câmara em análise no Senado, mas disse que não faz sentido o país transferir dinheiro a outras nações enquanto instituições como o Hospital Universitário Getúlio Vargas, referência no atendimento à saúde em Manaus, sofre com a falta de recursos.

Arthur Virgílio pediu vista do projeto (PLC 193/09) que autoriza a Brasil a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique para a



Virgílio lembrou dificuldade financeira de hospital de Manaus

primeira fase de instalação de uma fábrica de antirretrovirais e de outros medicamentos.

Serys homenageia servidores, especialmente de Mato Grosso

Serys Shlessarenko (PT-MT) prestou homenagem aos servidores públicos pela comemoração do seu dia, em 28 de outubro. A senadora lembrou que o serviço público no país teve início em 1808, com a chegada da Família Real portuguesa, e que a data foi instituída em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas.

Serys homenageou em especial os servidores de Mato Grosso das áreas de saúde, meio ambiente e ensino público. Mas lembrou que a saúde pública na Região Metropolitana de Cuiabá esteja em



Serys: Dia do Servidor Público foi comemorado em 28 de outubro

"situação caótica", inclusive com os servidores em greve há mais de um mês.

Projeto de Zambiasi aprovado pela CAS, e que segue para decisão terminativa da CCJ, aumenta a pena de dois terços até o dobro no caso de entorpecentes como o crack

Pena maior para traficantes de drogas altamente nocivas

A PENA POR tráfico de drogas poderá ser aumentada de acordo com a gravidade de seu efeito nocivo à saúde dos usuários. Proposta com essa finalidade, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 187/09) modifica a lei que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei 11.343/06) para determinar aumento da pena de dois terços até o dobro no caso de tráfico de drogas mais danosas à saúde, por exemplo, o crack – um subproduto da cocaína.

Na justificativa, Zambiasi destacou que o crack causa dependência e danos com mais rapidez que outras drogas. Também ressaltou que o consumo dessa droga tem crescido em todo o país. Em sua avaliação, o endurecimento da punição poderá contribuir para reduzir o tráfico.

Em seu relatório, Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu punição mais rigorosa para criminosos que disseminam substâncias altamente lesivas do que aos que traficam drogas menos nocivas, como a maconha. O relator informou que o crack começou a ser usado no Brasil a partir de 1989. De acordo com estudos,



Mozarildo (E), Zambiasi, Azeredo e Arnns em reunião da Comissão de Assuntos Sociais

ressaltou, 18% dos usuários morrem em um ano de consumo da droga. Em sua avaliação, "o crack é a droga mais comumente associada à criminalidade e a condições socioeconômicas desfavoráveis".

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que leu na CAS o relatório de Raupp, deve haver diferenciação de pena de acordo com a intensidade dos prejuízos causados à saúde humana pelas diversas drogas. Em sua avaliação, o combate às drogas é complexo e deve ser feito por vários instrumentos, como a repressão e o tratamento.

Na opinião de Renato Casagrande (PSB-ES), os instrumentos adotados têm sido insuficientes para combater o tráfico de drogas. A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), disse acreditar que o agravamento da

pena poderá ajudar a "cortar a corrente do tráfico".

Saúde

A CAS também aprovou projeto de lei (PLC 194/08) para facultar às farmácias e drogarias o oferecimento, de forma gratuita, de serviço de aferição da pressão arterial. A proposta, que segue agora para o Plenário, altera a lei que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e similares (Lei 5.991/73). Pela legislação, esses estabelecimentos já podem manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções por técnico habilitado.

O relator, Mozarildo Cavalcanti, destacou que a medida contribuirá para que a população controle a pressão arterial de forma contínua.

Ministérios farão certificação de filantrópicas

A concessão e a renovação dos certificados de entidades beneficentes – as chamadas filantrópicas – poderão ser responsabilidade de ministérios e não mais do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). É o que estabelece substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado aprovado ontem pela CAS e, em seguida, pelo Plenário. A proposta vai à sanção.

Os deputados alteraram o projeto original (PLS 20/05), do senador Flávio Arns (PSDB-PR), para determinar que o exame dos pedidos de certificação por parte das entidades que executam serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social seja feito pelos ministérios da

Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, respectivamente. Para o caso de entidade que atua em mais de uma área, o substitutivo prevê que a certificação poderá ser concedida pelo ministério da principal área de atuação da instituição.

Tais certificados, que são utilizados pelas entidades para obter isenções de contribuições sociais, de acordo com o texto acolhido, terão validade de até cinco anos, levando-se em consideração as características de cada área.

O relator da matéria na CAS, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou que a proposta é importante para

estabelecer boa relação entre o governo e a sociedade. Ele afirmou ainda que as medidas propostas vão beneficiar as entidades sérias, mas que tiveram sua imagem desgastada em virtude da má atuação de algumas instituições.

Os serviços que as entidades filantrópicas prestam à sociedade foram ressaltados pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). No entanto, a parlamentar reconheceu a existência de instituições desonestas, chamadas por ela de "pilantrópicas". A descentralização das normas de certificação, opinou Ideli, contribuirá para ampliar o controle sobre a atuação dessas entidades.

Proposta dá o nome de Arthur Fonseca a campus da UFSCar

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) localizado no município paulista de Sorocaba. De autoria do deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), o projeto será encaminhado à sanção

presidencial.

A proposta (PLC 37/08) homenageia destacado educador e político de Sorocaba, já falecido, que exerceu inúmeras atividades em benefício da população local, tendo sido vereador, deputado federal, secretário municipal de Educação e Saúde, além de membro da Academia Sorocabana de Letras.

MP que transfere os depósitos judiciais à CEF chega ao Senado

A Mesa do Senado anunciou ontem o recebimento da Medida Provisória (MP) 468/09, que transfere para a Caixa Econômica Federal (CEF) todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais realizados em outras instituições financeiras após 1º de dezembro de 1998.

Desde essa data, o depósito judicial, necessário para a contestação na Justiça da cobrança de tributos federais, deve ser

feito na CEF, conforme a Lei 9.703/98. A CEF deverá repassar os valores para a Conta Única do Tesouro Nacional no prazo de 180 dias.

Como foi alterada na Câmara dos Deputados, a MP tramita sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/09. A proposta será incluída na pauta de votações a partir de terça-feira. O anúncio foi feito pelo senador Mão Santa (PSC-PI), que presidia a sessão plenária.

Mário Couto: Câmara votará, na quarta, projetos dos aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) agradeceu em Plenário o empenho do senador Mão Santa (PSC-PI) pela aprovação de projetos em tramitação na Câmara que beneficiam os aposentados. Segundo o senador, o presidente daquela Casa, Michel Temer, prometeu a votação das matérias na quarta-feira.

Uma das propostas extingue o uso do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias; outra garante a elas o mesmo índice de reajuste do salário mínimo; e uma terceira recompõe o valor das aposentadorias, equiparando-as ao mesmo número de salários mínimos da data de sua concessão.

Mário Couto disse ter chegado ao Congresso Nacional "cheiro de esperanças de ajudar o país" e manifestou a sua angústia ao ver, no Legislativo, "a distinção que se faz entre as classes sociais". Citou como exemplo o fato de indicações presidenciais para cargos no governo "passarem feito bala, enquanto os projetos que beneficiam os aposentados tramitam no Congresso há cinco anos".

O senador voltou a denunciar a violência nas escolas do estado do Pará e disse acreditar que o problema tem relação com o



Mário Couto (foto) destaca empenho de Mão Santa em favor das propostas

desvio de verbas públicas da educação e com a corrupção nessa e em outras áreas no estado, como a segurança pública e a saúde.

– Como se deixa a juventude do estado nessa situação? Como a governadora pode ser tão incompetente que não sabe que a educação é a base da nação?

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que a situação é crítica também na capital paulista, no bairro da "Cracolândia", onde o crack está disseminado entre a população de baixa renda. Argumentou, no entanto, que a culpa não é do governador José Serra, acrescentando que o problema deve ser combatido em conjunto pelos governos municipal e estadual.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Maciel lembra centenário de Norberto Bobbio



Marco Maciel destaca lançamento do livro *O terceiro ausente*

Os cem anos do nascimento do filósofo e pensador político italiano Norberto Bobbio, transcorridos no último dia 18, foram comemorados por Marco Maciel (DEM-PE). O senador lembrou que em 2005, um ano após o falecimento do pensador, foi criado em São Paulo o Centro de Estudos Norberto Bobbio, em parceria com o Centro Studi Piero Gobetti. Maciel citou também o lançamento do livro *O terceiro ausente*, que traz textos inéditos de Bobbio e também especulações que ele faz com relação ao futuro.

Município aprova instituição da Renda Básica



Santo Antônio do Pinhal adotará programa, anuncia Suplicy

A aprovação, pela Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal (SP), de projeto que institui a Renda Básica de Cidadania no município foi destacada por Eduardo Suplicy (PT-SP). O projeto, apresentado pelo prefeito José Augusto Guarnieri, foi aprovado por unanimidade pelos nove vereadores, informou o senador. Com pouco mais de 7 mil habitantes, a cidade foi a primeira a aprovar a instituição do programa, disse Suplicy, autor da proposta que resultou na Lei 10.835/04, que institui a Renda Básica de Cidadania no país.

Marconi defende a construção do metrô de Goiânia

Marconi Perillo (PSDB-GO) voltou a saudar o aniversário de 76 anos de Goiânia, completados no dia 24, e pediu a construção de um metrô na capital goiana. O senador já apresentou projeto que autoriza a União a celebrar convênio com o estado de Goiás para a implantação de sistema metropolitano de transporte de passageiros na cidade.

O projeto (PLS 159/08) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, e já recebeu voto favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

– Goiânia, como cidade metropolitana, hoje com mais de 2 milhões de habitantes, enfrenta problemas gravíssimos em algumas áreas, em especial o trânsito, que está caótico, e o transporte coletivo. As famílias mais pobres, que vivem na periferia, atravessam momento de grandes agruras em função da falta de transporte humanizado que garanta qualidade aos usuários.

Integração

Em seu discurso, Marconi Perillo afirmou que a fundação de Goiânia representou um marco para Goiás e o Brasil, sobretudo pela sua importância geopolítica e econômica no contexto nacional e da região Centro-Oeste. Também ressaltou o papel do fundador da cidade, Pedro Ludovico Teixeira, que levou adiante o projeto Marcha para o Oeste, do governo Getúlio Vargas, como estímulo à interiorização do desenvolvimento do país.

A viabilidade da construção da capital goiana, disse o senador, contribuiu de forma decisiva para a construção de Brasília, que classificou como projeto-síntese do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek. Contribuiu ainda, ressaltou, para o surgimento da rodovia Belém-Brasília, à época conhecida como "rodovia das onças".

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) declarou que Goiânia é "maravilhosa".



Capital de Goiás completou 76 anos no dia 26, registra Marconi Perillo

Crédito para abertura de mais 600 agências do INSS

Congresso aprova verba suplementar de R\$ 921,5 milhões para ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social. Maior parte dos recursos vem do superávit de 2008

O CONGRESSO APROVOU crédito suplementar de R\$ 921,5 milhões em favor dos ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Quase R\$ 628 milhões estão reservados à Previdência, para financiar, entre outros fins, a expansão da rede de agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O órgão deve instalar cerca de 600 novas agências, em municípios com mais de 25 mil habitantes.

No Ministério do Desenvolvimento Social, o crédito aprovado corresponde a aproximadamente R\$ 293,5 milhões. Como informado no relatório preparado pela deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), um dos objetivos é garantir a continuidade de ações sociais e de proteção a crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho e a vítimas de violência, abuso e exploração sexual. O reforço ao orçamento dessa pasta permitirá ainda a execução de serviços de inclusão produtiva em áreas de pobreza, por meio da construção de cisternas e estruturação de arranjos produtivos. Para áreas urbanas estão previstos recursos para a instalação de restaurantes e cozinhas populares.

Visando dar suporte à suplementação orçamentária, o governo mobilizou R\$ 896,3 milhões do superávit financeiro apurado no



No Congresso, oposição avisa que aprovação de novos pedidos não será facilitada

ano passado. Uma parcela menor, de R\$ 25,1 milhões, decorreu da anulação parcial de ações que já constam dos orçamentos dos dois ministérios neste ano.

Líderes governistas haviam tentado aprovar esse pedido de crédito na semana passada, na sessão em que foi lido o requerimento para a instalação da CPI Mista do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No entanto, a oposição se posicionou contra, alegando ser necessário ouvir antes esclarecimentos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, sobre esse e outros pedidos de abertura de crédito orçamentário que estão chegando ao Congresso, em valores que já superariam a casa dos R\$ 35 bilhões.

Na sessão de quarta-feira, representantes da oposição adiantaram que a aprovação de no-

vos pedidos não será facilitada. Conforme o vice-líder do DEM, deputado Cláudio Cajado (BA), a oposição não pode aceitar "jumbões de fim de ano", quando a execução dos investimentos permanece em níveis muito baixos e, ao mesmo tempo, os gastos com custeio – despesas administrativas e das ações contínuas, inclusive as de pessoal – não param de crescer.

Receitas ampliadas

Em relação ao projeto do Orçamento de 2010, a Comissão Mista de Orçamento aprovou, na quarta-feira, o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) com a revisão da estimativa da receita. Agora, a CMO aguardará a divulgação do parecer preliminar do relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), prevista para 4 de novembro.

Orçamento de 2010 poderá ter R\$ 22,1 bilhões a mais

Em entrevista à Rádio Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), relator, na Comissão Mista de Orçamento, da previsão de receitas para 2010, informou que foram acrescentados ao Orçamento mais R\$ 22,1 bilhões.

O acréscimo eleva para R\$ 724,5 bilhões a previsão global de recursos disponíveis para cobrir as despesas da União, incluindo os três Poderes e o Ministério Público, entre custeio e investimento.

Os recursos, disse, virão da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) do capital estrangeiro para investimentos especulativos; do remanejamento de R\$ 7,3 bilhões das verbas do programa Minha Casa, Minha Vida; e da transferência, para o Tesouro Nacional, de depósitos judiciais, hoje em custódia da Caixa Econômica Federal.



Jucá: receitas extras irão para o salário mínimo, estados e safra de 2010

Conforme Jucá, as receitas extras darão condições ao relator-geral de alocar recursos "para fazer frente a despesas que são importantes e viabilizarão a aprovação do Orçamento". Ele garantiu que pelo menos duas categorias de despesas vão ser contempladas com parte dos recursos encontrados na estimativa: a Lei Kandir, com R\$

3,8 bilhões, e a equalização de preços para comercialização da safra de 2010, com mais R\$ 1,5 bilhão. Além disso, parte dessas despesas, informou, refere-se ao aumento do salário mínimo.

O relatório de previsão de receitas foi aprovado pela CMO na quarta-feira. À Agência Câmara, Jucá disse que a reestimativa da receita é consistente, amparada em bases técnicas e definida em conjunto com a área de planejamento do governo. "Não há aqui nenhuma discrepância de avaliação de arrecadação", observou.

O senador adiantou que uma segunda revisão será feita em dezembro, após a votação dos dez relatórios setoriais. Jucá poderá usar nessa atualização um novo parâmetro para o produto interno bruto (PIB), que tem impacto direto sobre a arrecadação tributária.

César Borges destaca melhoria de estradas na Bahia

A atuação do PR "para a melhoria da malha viária federal na Bahia" foi destacada por César Borges (PR-BA). O partido, do qual o senador é presidente no estado, "tem tido todo o espaço" junto ao ministro dos Transportes, o senador licenciado Alfredo Nascimento – também do PR –, para reivindicações, disse.

De acordo com César Borges, ele, deputados federais e estaduais do PR conseguiram junto ao ministro a recuperação de 3,5 mil quilômetros de estradas, um investimento de US\$ 600 milhões. O senador informou que a Bahia tem 6 mil quilômetros de estradas federais.

Ele afirmou que manteve entendimentos com o Ministério dos Transportes e também com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para a ampliação da malha rodoviária federal no estado no ano que vem. Citou a pavimentação da BR-235, do trecho que vai de Juazeiro até a divisa com Sergipe. Também citou a duplicação da BR-101, entre a BR-324 até a divisa com Sergipe. O senador disse também que luta pela duplicação do trecho sul, até a divisa com o Espírito Santo.

Licitação

César Borges informou que a BR-135 já está praticamente concluída desde São Desidério até Correntina. No próximo ano, acrescentou, será aberta licitação para pavimentar até a divisa com Minas Gerais. No oeste do estado estão sendo concluídos os acessos à ponte que atravessa o rio São Francisco na BR-030, interligando-a com a BR-135, o que "será fundamental para abrir novas fronteiras agrícolas", destacou.

Ele anunciou também para o próximo ano a licitação e o início da execução da ligação entre a cidade de Luís Eduardo Magalhães e o estado do Tocantins. Relatou ainda a intenção de ligar a BR-030 até o mar, na cidade de Maraú, de grande potencial turístico.



Borges resalta atuação do PR pela recuperação de 3,5 mil quilômetros

Projeto do senador Cristovam Buarque, sancionado pelo presidente Lula, torna direito do cidadão obter vaga para cursar o ensino médio em escola pública e gratuita

Estados terão de garantir vagas no ensino médio

O PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva sancionou na terça-feira projeto de lei que garante a qualquer pessoa o acesso ao ensino médio público e gratuito. Essa é a quinta proposta de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a ser transformada em lei – todas as cinco matérias visam aperfeiçoar a educação no país.

Ao defender a nova lei (Lei 12.061/09), Cristovam argumenta que, “sem o ensino médio, que é o antigo segundo grau, os jovens não podem entrar na universidade nem se tornar cientistas; sem o ensino médio, portanto, o Brasil não tem futuro”.

– Obrigar os governos a garantir vagas a todos os que quiserem



Cristovam: apenas um terço dos jovens concluem o antigo 2º grau

cursar o segundo grau é uma questão de decência e eficiência nacional – afirmou, acrescentando que, atualmente, apenas um terço dos jovens brasileiros conclui essa etapa dos estudos.

O texto sancionado altera a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como LDB). Até então, a LDB obrigava o poder público a garantir somente o acesso ao ensino fundamental – que é responsabilidade dos municípios. Agora, qualquer pessoa pode exigir vaga no ensino médio, que é responsabilidade dos estados.

Cristovam acredita que os principais beneficiados serão os jovens que cursam o último ano do ensino fundamental e estão prestes a entrar no ensino médio, mas que normalmente não o fariam devido à falta de vagas em escolas públicas ou por não poderem pagar um colégio particular.

Sancionado projeto de Nery contra trabalho escravo

O presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou ontem projeto de lei do senador José Nery (PSOL-PA) que institui o dia 28 de janeiro como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A proposta também cria a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que incluirá o dia 28 de janeiro. A data foi escolhida para homenagear três auditores fiscais do trabalho e um motorista assassinados em 28 de janeiro de 2004, durante vistoria a fazendas na zona rural de Unai (MG).

José Nery afirma que lamentavelmente, embora pareça absurda a necessidade de, “em pleno alvorecer do século 21”, se discutir medidas de combate ao trabalho escravo, “essa situação indignante e absurda ainda persiste em vários estados do nosso país”.

De acordo com informações do gabinete do senador, nos últimos 15 anos, o Ministério do Trabalho e Emprego resgatou mais de 33 mil pessoas em condições de trabalho degradantes ou análogas à escravidão no Brasil. Do total, cerca de 12

mil estavam no Pará, onde essa prática ocorre em fazendas e carvoarias.

O parlamentar acredita que uma semana dedicada ao combate ao trabalho escravo permitirá a intensificação de discussões e reflexões sobre o tema, visando à busca de soluções e medidas mais efetivas e eficazes “para a erradicação definitiva dessa terrível chaga social”.

José Nery preside a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Senado realiza seminário sobre infância e paz

No terceiro dia do Seminário Internacional sobre Infância e Paz, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a necessidade de o Estado atender à primeira infância por meio de políticas públicas. Ela também ressaltou a importância das atividades de livre brincar como meio de promover não somente o aprendizado, mas também o incentivo para a cultura da paz, sem a qual nunca será possível quebrar a cadeia da violência, que acaba envolvendo pais, professores e as próprias crianças.

– A falta de atendimento à criança no Brasil não é uma questão de falta de recursos, mas simplesmente de falta de prioridade, que não é dada à criança brasileira – destacou



José Nery (C) dirige videoconferência sobre políticas de prevenção da violência

Rosalba.

Dentro das atividades da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, o senador José Nery (PSOL-PA) presidiu uma videoconferência com representantes de universidades, setor da saúde e assembleias legislativas sobre a prevenção

da violência da sociedade por meio de políticas públicas para a primeira infância.

– Ao plantar essa semente de prioridade, os recursos fundamentais para o pleno atendimento da primeira infância encontrarão esse caminho – afirmou Nery.



Flávio Torres (2º à esq.) solicitou a sessão, presidida por Serys Slhessarenko

Congresso reverencia memória do jurista Clóvis Bevilácqua

O papel de Clóvis Bevilácqua na história do Direito brasileiro foi lembrado ontem em sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 150 anos de nascimento do jurista. Responsável pela elaboração do Código Civil que vigorou de 1916 a 2002, Bevilácqua nasceu no Ceará em 4 de outubro de 1859 e faleceu em 1944, aos 84 anos. Duas netas de Bevilácqua, Maria Teresa e Maria Cecília, participaram da sessão.

Serys Slhessarenko (PT-MT) reconheceu que a maior contribuição do jurista ao Brasil foi o Código Civil. Mas lembrou que ele também se destacou como historiador, filósofo e literato, sendo autor de mais de 30 livros.

– Clóvis Bevilácqua foi um dos maiores brasileiros de todos os tempos. Morreu pobre de bens materiais, mas rico em amigos – disse Serys, ao lembrar que o jurista também foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Renovação

No entender do senador Flávio Torres (PDT-CE), autor do requerimento para a homenagem, ao lado de Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto do Código Civil elaborado por Bevilácqua

“renovou o Direito brasileiro dentro de uma filosofia liberal, mas permeada de nítidas preocupações sociais”. O senador observou que o trabalho foi reconhecido pela crítica nacional e internacional como modelo de clareza e boa técnica.

Flávio Torres recordou que, no campo do Direito de Família, Clóvis Bevilácqua admitiu o reconhecimento dos filhos ilegítimos e a investigação de paternidade.

– Se as ordenações impunham o poder marital, o Código Civil consagrou a definição de que, pelo casamento, a mulher assume a condição de companheira e consorte, abrindo caminho para um processo de liberação e de justiça, que a partir daí se acentuaria – lembrou o parlamentar.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou a luta de Clóvis Bevilácqua em favor da causa da República. Também enalteceu a simplicidade com que o jurista levou a vida, ressaltando que ele era muito rigoroso naquilo que fazia. E disse que Bevilácqua “foi um gigante das letras jurídicas e que tinha um pensamento avançado para a sua época”.

Mão Santa (PSC-PI) apontou a humildade como uma das particularidades de Bevilácqua.

Rosalba quer instituir conselhos municipais de habitação

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu a aprovação de projeto de sua autoria que prevê a criação de um Conselho de Política Urbana e de Habitação em cada município, além de um cadastro de todos os beneficiários por políticas públicas habitacionais. O objetivo é dificultar a ocorrência de irregularidades nos projetos que destinam recursos para a construção de moradias populares.

A proposta (PLS 198/09) encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde será analisada em decisão terminativa. O projeto condiciona o recebi-



Senadora acredita que órgãos vão dificultar fraudes com dinheiro público

mento de recursos federais à criação do conselho, bem como de fundos específicos de natureza contábil.

Valter Pereira: penitenciária federal é “presente de grego”

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que a instalação da Penitenciária Federal de Campo Grande foi “um presente de grego” do governo federal para o Mato Grosso do Sul.

O senador disse que a recente transferência de traficantes cariocas para o presídio de Campo Grande tem “inquietado triste-

mente” a população do estado, que está indignada por ter de abrigar dez detentos do Rio de Janeiro.

– A presença de delinquentes como Fernandinho Beira-Mar, Juan Carlos Abadia, Marcola e tantos outros que já passaram por aquele estabelecimento deflagra o aparecimento de

um novo perfil de bandidos em Mato Grosso do Sul. São delinquentes mais truculentos e de maior periculosidade que os bandidos que já inquietavam meu estado – disse.

Valter Pereira registrou que o prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, esteve na quarta-feira em Brasília e foi re-

cebido pelo diretor do Sistema Penitenciário Federal, Wilson Salles Damázio, entre outras autoridades da área.

– Para não dizer que saímos de mãos abanando, restou o compromisso de redistribuir os delinquentes para penitenciárias de outros estados e, com isso, aliviar um pouco a tensão.



Senador diz que presídio em Campo Grande deixa população intranquila